



Anais da Assembléia

Nº 120

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE OUTUBRO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 85.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 1990
SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Ezequias Losso e Algaci Túlio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno; e Sabino Campos (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Rafael Greca, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (22). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luciano Pizzatto (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PFL, indico os Deputados para comporem a Comissão Per-

manente de Fiscalização:

JOÃO ARRUDA - Titular

BASÍLIO ZANUSSO - Suplente.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) JOÃO ARRUDA

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PSDB, indico os Deputados para comporem a Comissão Permanente de Fiscalização:

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Titular

RUBENS BUENO - Suplente.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência à Mensagem Governamental nº 179/90, que cria a Carreira Especial de Advogado do Estado do Paraná, com a sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 15 do corrente mês, com a transformação da Assembléia em Comissão Geral, a fim de emitir parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a Proposição nº 138/90, que autoriza a alienação do imóvel que especifica para Antonio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade.

Requer, outrossim, sua inclusão na Ordem do Dia e a transformação da Assembléia em Comissão Geral, a fim de se manifestar sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam considerados em Regime de Urgência e incluídos na Ordem do Dia da Sessão Plenária de terça-feira, dia 16 de outubro, com a constituição desta Assembléia Legislativa em Comissão Geral para a emissão do devido Parecer, os seguintes Projetos de Lei:

470/90 Acrescenta à programação da Secretaria de Estado da Educação a importância de CR\$ 833.410.000,00 para dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do ensino de 1º grau;

498/90 Abre créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, até o valor de CR\$ 3.748.000.000,00 destinados ao atendimento das programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública.

494/90 Abre créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de regime Especial e Empresas Públicas, até o montante de CZ\$ 2.206.956.504,00.

510/90 Eleva para 150% a gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial - RETP.

511/90 Dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

512/90 Altera os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2270

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, no próximo dia 15 de outubro de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 108/90, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Itacolomi.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, no próximo dia 15 de outubro de 1990, durante a sessão plenária, para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 109/90, que

Curitiba, segunda, em 15.10.90

autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Branco do Ivaí.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 514/90, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 179/90, que dispõe sobre a criação da Carreira de Advogado do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 512/90, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 177/90, que dispõe sobre a gratificação Policial Militar Especial, de que trata o art. 89, item 3 da Lei n° 6147, de 03.07.73, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 511/90, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 174/90, que dá nova redação ao art. 72 da Lei n° 6417 de 03.07.73, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEM-

BLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei nº 510/90, de autoria do Poder Executivo - Mensagem número 176/90, que eleva a gratificação de que trata o art. 92, da Lei Complementar número 14/82 - Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo Artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei número 425/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que objetiva reestruturar o quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 2286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER determine Vossa Excelência seja incluído na Ordem do Dia o Projeto de Lei número 333/90, que cria o Distrito Judiciário de São João, no Município de Altônia, e, ao mesmo tempo, que o parecer seja oferecido pela Comissão Geral do Plenário.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 2294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da Mensagem número 175/90, que trata da alteração salarial para os integrantes da Polícia Militar, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2276

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei número 16/90, que assegure a colocação de balanças de precisão na saída dos caixas de supermercados.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução número 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em Terceira Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de 5 (cinco) sessões dos Projetos de Lei números 457, 503, 325 e 365/90, todos constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei número 480/90, que altera as divisas do Município de Guaraituba, criado pela Lei número 9302, de 19.06.90, que criou o referido município.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei número 480/90, que altera a Lei número 9302, de 19.06.90, que criou o Município de Guaraituba, dividindo o município de Colombo merece um exame mais apurado, e esse Parlamentar entende que para isso é necessário aprofundar o estudo, no sentido não só de garantir a participação de todos os interessados, como a Prefeitura Municipal, as lideranças comunitárias e principalmente o povo daquela localidade, além de naturalmente estudar o procedimento técnico e legal conforme apregoa nossa Constituição Estadual, bem como a nossa Constituição Federal, e que ao nosso entender, há várias "nebulosidades" a serem melhor perquiridas, dada a relevância da matéria, razão pela qual contamos com a anuência dos demais nobres Parlamentares, para a devida aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2288

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 153/89, por 20 (vinte) sessões.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO N° 2277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento de ANTÔNIO AUGUSTO FIOREZZANO, ocorrido no último dia 12/10, em acidente automobilístico, na Rodovia PR-482, próximo a Pato Branco.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Antônio Augusto Fiorenzano, mais conhecido por Zé do Pito, um comunicador por excelência, gozava de grande popularidade junto à população da classe média e baixa, pela sua maneira de falar e vestir.

Grande batalhador pelo problema da criança abandonada.

Atualmente, com programas na Rádio Celinanta e TV-Sudoeste de Pato Branco, uma das maiores audiências da região.

REQUERIMENTO N° 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, voto de louvor ao médico Dr. José Cardoso Azevedo, funcionário aposentado deste Poder, pelos méritos funcionais e também pela magnífica atuação no Serviço de Queimados do Hospital Evangélico, onde atualmente responde pela Chefia daquele setor.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O médico, Dr. José Cardoso Azevedo, é baiano da cidade de Paramirim. Chegando ao Paraná nos primeiros anos de vida, a família se radicou na cidade de Andirá no norte pioneiro, onde, ficando órfão de pai, trabalhou na desbravagem das florestas e na agricultura como bóia-fria, mais tarde trabalhou como pedreiro e apesar das dificuldades cursou o primeiro grau; transferindo-se para Curitiba, cursou o segundo grau no Colégio Estadual do Paraná, na mesma época que ingressava o quadro funcional desta Casa de Leis, passando por alguns setores, dentre eles a Ordem do Dia, ali permanecendo por longa data, formou-se em medicina em 1964 pela Universidade Federal do Paraná, especializando-se no Hospital das Clínicas de São Paulo, muito enriqueceu o quadro funcional deste Poder, até a data de sua aposentadoria.

Como Chefe do Serviço de Queimados, dado o seu apurado espírito empreendedor e de visão futurista, possibilitou a reformulação daquele serviço, colocando o atendimento da traumatologia de queimados, dada a técnica ali desenvolvida, aliada aos mais sofisticados equipamentos, muitos anos à frente nesse tipo de atendimento, comparado em qualidade apenas ao do Hospital das Clínicas de São Paulo.

REQUERIMENTO N° 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, moção de apoio à decisão do Tribunal de Contas do Paraná, contra a medida que desativou o atendimento médico-hospitalar do Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal de Contas do Paraná distribuiu nota oficial através da Resolução n. 11.684/90 após análise do Relatório de 2ª Inspeção de Controle Externo, condenando a forma pela qual os serviços foram suspensos e só poderia ocorrer através de lei aprovada pela Assembléia Legislativa.

Assim a Assembléia Legislativa destaca a decisão do Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista que a desativação se processou de forma inconstitucional, apenas por mero ato administrativo, considerando que essa medida dependeria de nova legislação, levando-se em conta que o IPE foi criado por lei e só por lei poderia sofrer alterações.

Nesse sentido, a Assembléia Legislativa do Paraná prestigiará inteiramente o Tribunal de Contas do Estado do Paraná pela adoção da medida pois a Assessoria Técnica do Poder Legislativo já havia também chegado à conclusão semelhante, através do Relatório de Estudos e dos Pareceres n. 001/90 e n. 002/90, que também atinam nessa mesma direção.

Por outro lado, esperamos que o Governo do Estado cumpra o acórdão do Tribunal de Contas, uma vez que a Superintendência do Instituto (IPE) corre o risco de ser responsabilizada por falta administrativa devido à suspensão dos serviços de assistência médico-hospitalar, cabendo ainda, à aludida Superintendência, as medidas legais para exigir o crédito da Contribuição Patronal, que lhe é de direito.

REQUERIMENTO N° 2293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Leônicio Vieira de Rezende Neto, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando sejam determinadas providências para a instalação de um Terminal Telefônico no Jardim Santa Fé, pertencente ao município de Colombo, preferencialmente anexo às instalações da Firma - Comércio e Transporte Tamborão, sita à Rua Bárbara Socher, 12 - Jardim Santa Fé, local que detém o maior número de pessoas.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Não poderia este parlamentar ficar omissa ao veemente apelo recebido da comunidade moradora do Jardim Santa Fé, localizado no promissor Município de Colombo, os quais através abaixo-assinado firmado por centenas de moradores visam sensibilizar o órgão competente para a necessidade de se instalar naquelas imediações um telefone público que possa lhes oferecer um meio de comunicação mais eficaz e preciso, principalmente em ocasiões emergenciais.

É importante salientar que, não obstante exista outro aparelho naquelas imediações, devido à distância em que se situa torna-se quase impraticável o seu uso, razão pela qual, a AMOSGA - Associação de Moradores de São Gabriel, entidade que congrega 8 Bairros de Colombo, nos quais se inclui o Jardim Santa Fé, faz o seu apelo, a fim de que sejam tomadas providências, visando dotar aquela comunidade desse imprescindível serviço público.

REQUERIMENTO N° 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Leônicio Vieira de Rezende Neto, Mui Digno Dir. Presidente da TELEPAR, solicitando sejam determinadas providências para a instalação de um Terminal Telefônico no Bairro de São Sebastião, pertencente ao Município de Colombo, preferencialmente próximo à Mercearia Trianoski, situada na Rua João Couto, n. 7, defronte ao antigo campo de futebol, local que detém a maior afluência de pessoas.

A presente moção tem sua origem no abaixo-assinado, subscrito por moradores da região, os quais, através a AMOSGA - Associação de Moradores de São Gabriel, entidade de representação que congrega 8 (oito) Bairros de Colombo, fazem apelo, no sentido da necessidade de se dotar o Bairro de São Sebastião de um meio de comunicação mais rápido, principalmente em ocasiões emergencial, onde um telefone público é fundamental, evitando, por vezes, consequências irreparáveis.

É importante salientar que, não obstante a região esteja em carência desse imprescindível serviço público, não conta ainda com um telefone público, e o que dispõe torna-se quase impraticável pela distância em que se situa.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 515/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Fundo de Previdência do Parlamentar - FEPPA, criado pela Lei n. 6.639, de 5.12.74, modificada pela Lei 7.111, de 13.12.83, será extinto em 01 de fevereiro de 1991, entrando em liquidação a partir da vigência desta Lei.

Art. 2° - Até 01 de dezembro de 1990, o patrimônio do FEPPA, incluídas as contribuições do período de liquidação e outras, após inventariado pelo Conselho Deliberativo, será integralmente transferido para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, devendo compor, o que couber, a conta própria da dotação orçamentária do Poder Legislativo, ficando autorizada a abertura de créditos suplementares que forem necessários para o cumprimento desta lei.

Parágrafo Único - No prazo do "caput" o Conselho Deliberativo do FEPPA também transferirá para a Assembléia Legislativa os arquivos, a contabilidade e o cadastro dos beneficiários e dos que, por atenderem as condições das leis referidas no artigo 1° e desta, terão assegurados os direitos nelas previstos.

Art. 3° - Operada a transferência do patrimônio, direitos, encargos e finalidades do Fundo para a Assembléia Legislativa, a qual, então, cumprirá o disposto no artigo 250 "in fine" da Constituição do Estado do Paraná e demais normas pertinentes, o Conselho Deliberativo do FEPPA promoverá o cancelamento dos registros juntos aos órgãos competentes.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, respeitados os direitos adquiridos e revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(aa) Namir Piacentini, Eduardo Baggio, Raul Lopes, Haroldo Rodrigues Ferreira, Nereu Carlos Massignan, José Felinto, Erondi Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Lauro Lobo Alcantara, Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Irondi Pugliesi, Antônio Bárbara, Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

A previdência do parlamentar teve a sua origem no Brasil com a criação do Instituto de Previdência do Congressista - IPC através de projeto de lei de autoria do então Deputado Federal Monsenhor Arruda Câmara.

Na justificativa da proposição, verifica-se que o renomado autor presta contas da delegação que recebera para estudar a matéria e apresenta subsídios colhidos em diversos Parlamentares nos quais a medida há muito se consagrara.

O referido projeto se transformou em lei com a sanção pelo Presidente da República, Doutor João Goulart, em 1963.

Espelhando-se no IPC, foram criados Fundos de Previdências Parlamentar nos Estados, tendo sido pioneiro o Rio Grande do Sul.

Apesar da importância da instituição para a segurança futura dos que se propõem a dedicar-se inteiramente ao serviço de representação da coletividade pois afastando-se das suas lides profissionais por dilatado tempo sofrem indiscutíveis dificuldades para as mesmas retornarem, tem sido sistemática a campanha encetada por alguns contra a previdência do parlamentar. Até tema para a busca de votos tem servido.

Certamente por esta razão, em setembro, transato, os deputados gaúchos aprovaram minucioso projeto que se transformou em lei dispondo sobre a liquidação e extinção do FEPPA do Rio Grande do Sul, assegurando, como de lei, os direitos dos associados que atenderem as condições das leis que o criaram e disciplinaram.

É chegado o momento de ser seguido o exemplo, encerrando-se esta legislatura com a extinção do Fundo de Previdência parlamentar do nosso Estado. Assim, evitar-se-ão novos ataques e preocupações decorrentes, aos recém eleitos deputados.

O projeto está elaborado de modo a ser respeitado o inalienável direito dos que o adquiriram, observando os preceitos legais. Tal providência, aliás, se consubstancia nas Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado do Paraná, que estabelecem:

Constituição Federal:

"Dos Direitos e Garantias Fundamentais"

Art. 5º -

XXXV - A lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

...

Constituição Estadual:

"Art. 1º - O Estado do Paraná ... tem por princípios e objetivos.

I - O respeito à unidade da Federação, a esta Constituição, à Constituição Fede-

ral e à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais por ela estabelecidos".

PROJETO DE LEI Nº 516/90
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o MOVIMENTO EVANGÉLICO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS, com sede e foro à Rua Michael Faraday, 130, no Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Evangélico para Libertação de Vidas- MELVI, fundado em 16 de maio de 1989, no Município de Londrina-Pr, é uma entidade sem fins lucrativos de assistência técnico-cultural, basicamente dedicado a recuperar vidas humanas dominadas por vícios e drogas em geral.

As atividades técnico-culturais seguem orientações psico-pedagógicas de tal sorte que a quantos ali aportam é dada a oportunidade de descobrir valores e potencialidades enquanto indivíduos e como agentes de transformação da sociedade, através de ação efetiva para prover o sustento de cada um e da comunidade na qual passam a viver.

Recuperar vidas humanas, num processo de reconstrução do indivíduo, em momentos diferenciados de suas necessidades, requer a disponibilidade de recursos, e também, de outras vidas humanas para a promoção de atividades profissionalizantes, culturais, intelectuais e de integração social.

Por isso, a fundação do Movimento Evangélico Para Libertação de Vidas, que, para a consecução das atividades a que se propõe precisa de condições econômico-financeiras, pelo que submetemos o presente projeto de lei, à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, encarecendo a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 517/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO DA UNIDADE ROTÁRIA DE PATO BRANCO- FURP, com sede e foro na Cidade de Pato Branco.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Se as atividades rotarianas extrapolam as fronteiras do nosso País, concentram-se, assumindo grandes proporções, num município das dimensões de Pato Branco.

A Fundação da Unidade Rotária de Pato Branco tem dentre os seus objetivos o de consolidar o movimento rotariano e atender às finalidades que se harmonizem ao seu ideal.

São inúmeros os programas de assistência social, cultural e educacional desenvolvidos pelo FURP, e incontável o número de pessoas atingidas por esses programas.

A entidade que o presente projeto pretende declarar de utilidade pública, construiu com atitudes o seu passado, presente a cada vez que a palavra "Rotary" é pronunciada.

Nada mais justo que conceder-lhe por força de lei, o direito que por força de merecimento lhe é devido.

PROJETO DE LEI N° 518/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná- APAP-PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Paraná - APAP-PR.

Através de nossa medida procuramos enaltecer a cultura paranista representada aqui pelos valiosos artistas plásticos que tanto enobrecem por meio de seus trabalhos a riqueza deste Estado das Araucárias.

A arte no seu mais completo sentido embeleza a vida humana, tornando-a um bem de raríssimo valor, preservada em toda a sua excelsa grandeza.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a devida aprovação deste nosso projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Encerrada a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputa-

dos.

Na condição de membro do Bloco Parlamentar Agropecuário, que há mais de três anos participamos, nesta Casa, juntamente com o nosso Presidente do Bloco, o Deputado eleito, Orlando Pessuti, acompanhamos de perto a agonia do produtor rural, que não está conseguindo o financiamento para o plantio, para que possa fazer frente às despesas do seu setor deste ano.

E, por este descaso que o Governo Federal vem fazendo, principalmente ao nosso Estado, a nossa produção poderá ser prejudicada em mais de 1/3 do que estava sendo previsto para a produção deste Estado.

Corremos o risco, Senhores Deputados de, neste ano, colhermos uma safra igual a do ano de 1975, ou seja, 52 milhões de toneladas de grãos.

Entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, às vésperas do pleito eleitoral agora no 2° turno, estamos sendo informados por notícias veiculadas pela imprensa, que o Ministério da Agricultura está liberando recursos.

E, esta notícia nos causa espanto, porque até alguns tempos atrás os recursos eram liberados pelo Ministério das Finanças ou da Economia, como se denomina o atual Governo.

Proclama o candidato do Governo Federal que, surpreendentemente, passou para o 2° turno, em 1° lugar, quando as pesquisas sempre lhe deram o 3° lugar. E queremos registrar nesta Casa, o nosso veemente protesto, e dizer da nossa reivindicação, para que o Governo Federal não use a agricultura eleitoralmente, não use deste expediente para tratar com o homem que produz o alimento para a mesa do trabalhador, não use. E desta forma, exigimos do Governo Federal mais respeito para com este Estado, que é um dos maiores produtores de grãos deste país.

Lamentamos este ato imoral e este aproveitamento político, por parte de pessoas não responsáveis e pela situação de calamidade e dificuldade que se encontra o agricultor em todo o Estado.

Nós fazemos, então, Srs. Deputados, nosso protesto e requeremos que esta Casa, conforme palavras do Secretário da Agricultura, de mudar a forma eleitoral, a forma com que está se tratando este assunto tão sério, que deve ser tratado pelo Governo deste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte? (Assentimento)

Deputado José Rogério, Vossa Excelência traz esta tarde à discussão, evidentemente um dos assuntos mais importantes do momento para o Estado do Paraná.

Nós, que ao lado de Vossa Excelência e

de outros Parlamentares, temos nesta Casa, no dia a dia discutido os assuntos da agropecuária e da agricultura paranaense, a nível de Bloco Parlamentar Agropecuario e da Comissão de Agricultura, que é presidida pelo nobre Deputado Sabino Campos, temos por obrigação, como faz Vossa Excelência neste momento, trazer à discussão, para conhecimento dos demais Parlamentares e para conhecimento do povo em geral, a situação caótica porque passa a agropecuária paranaense, e não por ineficiência dos agricultores, evidentemente, não por ineficiência e falta de apoio do Governo do Estado do Paraná, que para este segmento tem sido muito pronto e tem destinado realmente os recursos necessários para que a nossa agropecuária, a nossa agricultura de um modo geral, possa caminhar do jeito que está caminhando e trazer os resultados a nível de campo.

Para alguns setores pode até o Governo não estar correspondendo à expectativa, mas para o meio rural o Governo Álvaro Dias, na pessoa do seu Secretário Osmar Dias, tem realmente marcado pontos positivos e tem correspondido.

Agora a mesma coisa nós não podemos afirmar do Governo Collor de Mello, porque infelizmente, mais uma vez, a agricultura está pagando o pato do combate à inflação, está pagando por pecados que nunca cometeu, e mais uma vez o velho discurso de se anunciar a liberação do recurso e esse recurso não chegar ao banco, esse velho discurso das velhas Repúblicas está se praticando agora neste Brasil novo, nesse Brasil da reconstrução nacional do Presidente Collor de Mello.

Temos assistido pronunciamentos veementes do Ministro Cabreira, no sentido de buscar os recursos, que são negados em função do que a Ministra Zélia, da Economia, teme que tais recursos liberados para o meio rural possam pressionar para uma elevação na taxa inflacionária, o que é uma tremenda de uma burrice, porque todos nós sabemos que investir na produção nunca foi inflacionário. O que é inflacionário são outras coisas que os Governos praticaram e que continuam praticando, que é o não combate aos gastos públicos e o não combate efetivo ao déficit público.

Então, nós só temos a lamentar que o Governo Federal em cima de um discurso de mudanças, em cima de um discurso de ajuste nacional vem praticando, em cima da Agricultura, medidas que são catastróficas para os resultados que nós esperávamos em termos de produção. Mudar a sistemática de comercialização de trigo quando a safra está sendo colhida, não é evidentemente uma medida das mais acertadas. Liberar o trigo do monopólio em que ele se encontrava, é verdade, uma necessidade que tínha-

mos que conquistar, mas não em cima de um processo de comercialização, sem os recursos necessários às cooperativas e aos bancos, sem uma política definida para isso. Fazer o que fizeram é realmente tentar tumultuar o espaço da comercialização do trigo e criar mais problemas para o agricultor.

Nós temos que realmente lamentar, nesse momento, a falta de custeio para a nossa safra de verão, que começa a ser plantada agora, já tínhamos lamentado a falta de recursos para a safra de inverno, e agora mais uma vez se repete o velho discurso de se prometer, se anunciar e depois o recurso não aparece! Pelo menos numa coisa temos que nos congratular com o Presidente Collor de Mello, que veio desmentir uma mentira que estava sendo implantada dentro do Paraná por pessoas que, nesse momento, tentam tirar proveito dos agricultores e da agricultura paranaense, anunciando coisas que não são verdade. Pelo menos, nesse ponto, quero render aqui as minhas homenagens ao Presidente Collor de Mello, que nesse aspecto, para com a agricultura, ele foi sincero e foi positivo.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite um aparte, Deputado José Rogério?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Pois não.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti- Eu concordo, em número e grau, com o Deputado Orlando Pessuti, em relação ao Ministro Cabreira, eu estive recentemente agora, nesse final de semana em Londrina, e alguns agricultores, pequenos agricultores, me cobravam dos recursos que o Banco do Brasil teria para a classe produtora do Estado do Paraná, seja ela a agricultura ou a pecuária.

E a maioria desses Senhores que são pequenos, médios e até grandes agricultores chegavam até mim dizendo:

"Olha Alborghetti, nós temos que lhe cobrar, porque o Ministro Cabrera vai à televisão e diz que os recursos já estão no Banco do Brasil".

Nós vamos ao Banco e não existe subsídio nenhum para o pequeno, para o médio e para o grande agricultor. Aí você ouve a Ministra Zélia dizer que, se houver esta liberação, a inflação pode crescer na Nação brasileira e acabar com o plano econômico desse País.

Então, você fica vendido, você não sabe o que falar ao pequeno agricultor. Você não sabe o que dizer ao médio e até mesmo ao grande agricultor neste País.

Agora, você não sabe se o Ministro Cabrera está ou não está Ministro. Se ele

manda, ou não manda na agricultura brasileira, que pelo o que se dá a entender e por aquilo que eu tenho acompanhado através do rádio, jornal e da televisão, o Deputado Orlando Pessuti, está certo, porque o Ministro vai e diz que os recursos já estão no Banco do Brasil. A Ministra Zélia diz que é muito cedo para soltar estes recursos porque poderá estragar o plano econômico da Nação Brasileira.

Então, eu não sei, na realidade, como Deputado que sempre fui, eu acho que nós temos que elogiar o que está certo, e criticar aquilo que está errado. Confesso aos Senhores que eu não sei quem é o Presidente deste País; se é o Presidente Collor ou se é a Ministra Zélia Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço o aparte do Presidente do Bloco Agropecuário, Orlando Pessuti, que tem desempenhado uma função nesta Casa, com mais o Deputado Sabino Campos, na condução das discussões de assunto tão relevante como este da Agropecuária. E agradeço o aparte do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que preocupado, sem dúvida, como nós, com esta situação, pelo que a agricultura no Paraná é o 'carro chefe' é o fundamental, para a produção, para a riqueza deste Estado, para o retorno, para que este Governo possa efetivamente distribuir alguma coisa a estes municípios; é pela produção agrícola, é um Estado ainda agrícola e não industrializado. Estamos dando os primeiros passos na indústria.

Portanto, o Paraná é o Estado que mais pena, diante deste desgoverno, com a agricultura neste País.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concede-me um aparte, nobre Deputado.

Assentimento.

Ilustre Deputado José Rogério Carvalho, daqui há três anos e meio, quatro anos, nós estaremos ouvindo talvez, Vossa Excelência ou um outro Deputado fazendo o mesmo discurso.

Falando sobre liberação de verba, falando sobre o pequeno agricultor, falando sobre a agricultura, porque, esta novela de liberação de verba, de concessão, nunca foi regulamentada.

Fica na mão do Ministro e do Presidente, e fica na mão de gestores, de uma volumosa quantia de dinheiro; e na verdade se faz da crise da agricultura, um projeto.

Os granjeiros, os grandes fazendeiros, os latifundiários não estão preocupados com isto. Porque eles já fizeram enormes investimentos, extraídos da agricultura; investimentos urbanos, que hoje são grandes especuladores de aluguéis, e não têm

nenhuma preocupação com a liberação do dinheiro. Porque, para estes vêm de uma maneira ou de outra, sempre se consegue alguma coisa.

Nós não vemos e não sentimos por parte destas pessoas, qualquer preocupação com isto.

Assistimos às vezes, alguns discursos um pouco emocionados, representando esta burguesia rural, apenas como discurso, porque na verdade, os acertos e os entendimentos são feitos previamente.

Por que que acontece isto?

Foi assim no Governo Sarney, e está sendo assim no Governo Collor, e será assim se não houver uma modificação. Qual é a modificação? É o Parlamento usar de suas prerrogativas e legislar sobre isso. Na verdade não há um critério objetivo e o critério objetivo é a lei que determine a forma, os critérios de concessão de financiamento agrícola neste País.

Fica todo mundo à míngua, à procura de políticos, de Parlamentares, à procura de Ministros; ficamos aí a ver um segundo turno, evidentemente, sendo usado dos dois lados como massa de manobra para se conquistar votos. Vemos, aí, propostas mirabolantes em ver transformado o preço do produto como moeda circulante para pagamento de empréstimo, quando na verdade nós sabemos que tudo isso não passa de discurso vazio.

Ou nós regulamentamos isso ou a Nação brasileira, os agricultores "largam mão" de ficarem esperando lá na sua comunidade, na frente do Banco do Brasil, e vão nos centros de decisões e exijam uma legislação específica sobre isso para que não haja mais, como historicamente tem havido, este comportamento, principalmente nos períodos eleitorais - o País agora tem sido pródigo em eleições em que ficamos todos nós a dar explicações que não existem. Porque as decisões não são das casas políticas, porque não legislaram sobre isso. É preciso que se legisle sobre isso, que se estabeleça o critério: quem é pequeno, quem é médio, quem é grande, quem tem direito a tratamento diferenciado, quem não tem, quem tem tratamento diferenciado entre o micro, o pequeno e o médio, qual é a diferença entre o tratamento de um e de outro. Nós fizemos uma Constituição que tem um Capítulo sobre isso e nada foi regulamentado.

A ACARPA hoje é uma instituição amorfa. Nós perdemos os melhores técnicos pelo desprezo aos salários de pessoas competentes que poderiam fazer esse trabalho. Temos alguns idealistas e abnegados que organizaram agricultores lá no Sudoeste e que através da sua organização de entidades de pequenos produtores têm conseguido abrir as portas do BADEP, que tem dinheiro

para financiar adubo, telefone rural, centro comunitário, tem dinheiro para fazer correção do solo, tem dinheiro para uma série de coisas, financiamento de seis anos subsidiados. Agora, o BADEP não vai fazer isso para um colono sozinho, mas faz para uma organização, para uma associação de produtores. Lá no Sudoeste têm experiências boas sobre isso.

Agora, a Constituição também determina isso, incentiva o associado, determina a participação do Estado nisso, mas enquanto nós tivermos uma ACARPA falida, uma ACARPA esquecida como hoje, nós não teremos uma organização da colônia do pequeno produtor, do pequeno agricultor. Jamais, por quê? Porque se esvaziou este instrumento que era a forma de transformação da reivindicação individual para a reivindicação coletiva. E aí é que estava a perigo e, por isso, é que a ACARPA hoje é um excremento jogado a um segundo plano, como é a SUREHMA, como é o ITCF, que os três juntos devem atuar nisso. Não conseguem por quê? Porque são organismos que hoje na verdade se faz o discurso da extinção, o discurso da monstruosidade do Estado, quando na verdade a monstruosidade do Estado está na péssima aplicação dos recursos públicos, na não priorização daquilo que é necessário, no gasto despudorado com a propaganda em obras desnecessárias, no gasto despudorado do sistema unificado de Saúde, aonde os remédios não chegam nos Postos de Saúde.

É esta que é a verdade, é esta que é a necessidade que tem os Parlamentos de agirem! E a ação dos Parlamentares é o discurso, sim, mas em cima de um projeto de lei, regulamentando isso e estabelecendo as prerrogativas e as prioridades necessárias para a promoção de um ser humano, do verdadeiro ser humano que precisa da promoção, que são estes aos quais me referi agora há pouco.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Com prazer, concedo um aparte ao nobre Deputado, também membro do Bloco Agropecuário, Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado José Rogério, o problema que nós estamos vivendo hoje na agricultura, eu quero discordar, em parte, do que disse o Deputado Nereu Massignan, quando ele tenta explicar a crise principalmente no que diz respeito ao suporte financeiro dos nossos agricultores pela organização da agricultura.

Em parte ele tem razão, em parte não, porque o nosso problema é histórico, a

nossa agricultura é capitalista e individualista; cada agricultor é um cidadão que se dirige ao banco e lá, dentro das normas que existem, pede financiamento. O que ocorre é histórico, mas, agora, no Governo Collor, é mais agravante. E por quê? Porque o Banco do Brasil que é o principal agente financeiro da agricultura brasileira está agindo da seguinte forma: parte dos recursos destinados à agricultura que são com juros mais baixos, ele exige que o agricultor faça o crédito suplementar, cujos juros estão a beira dos 36%.

Mesmo os pequenos agricultores que têm que colocar 30% dos seus recursos próprios, o Banco do Brasil e várias agências do Paraná, não concedem o financiamento dos 70% dos recursos subsidiados se o agricultor não captar os outros 30% a juros de mercado, mesmo que o agricultor tenha tido recursos ou tenha recursos suficientes dos 30%, o Banco do Brasil não libera o dinheiro ao agricultor. Isto está ocorrendo no Estado inteiro. Por quê? Porque a política agrícola do Governo Federal não é feita pelo Ministério da Agricultura. A política agrícola do Governo Federal é feita pelo agente que tem o dinheiro. Então os gerentes de bancos, os gerentes do Banco do Brasil principalmente no Paraná, fazem, desfazem, mandam e desmandam na política de crédito agrícola, porque o Banco do Brasil tem as suas normas próprias, independentes da vontade do Governo Federal.

Há questão de um mês e meio atrás, o governo "collorido" disse a este País que tinha entre 300 e 400 bilhões de cruzeiros para financiar a agricultura e não é o que acontece. Não existe este dinheiro ou se existe estão segurando. O tempo está passando. Os agricultores dependem do tempo para plantar a semente no campo e a realidade é uma só.

Em primeiro lugar, uma inoperância absoluta e total do Governo Collor de Mello para gestão dos assuntos da agricultura.

Segundo, uma supremacia do Banco do Brasil na questão das gerências.

Terceiro, o Banco do Brasil está cuidando muito mais dele do que da agricultura. Esta é a grande realidade.

Numa agricultura capitalista em que cada um defende seus interesses estão apenas salvos os grandes proprietários deste País, porque fazem os seus "lobbies", se dão com as grandes elites desta Nação e os pequenos e médios agricultores, que são os responsáveis pela produção, principalmente das culturas de subsistências estão à margem do processo da política agrícola.

Muito pouco se tem falado neste Governo Collor de Mello, na grande realidade é de que o Paraná está sendo uma ilha na

análise e na reflexão do desastre da política agrícola e da política nacional deste Governo Federal.

Nos Estados, onde existe crítica ao Governo Federal, as oposições se dão melhor e ganham as eleições.

No Rio de Janeiro, onde há uma análise crítica do Governo Collor de Mello, o Governo Federal não tem índices de apoio como tem no Paraná. No Rio Grande do Sul, da mesma forma e em São Paulo de certa forma também.

O que nós precisamos fazer é uma radiografia completa da inoperância, do descaso e da safadeza que estão fazendo em vários setores da vida nacional e especialmente da agricultura que afeta diretamente a nós, paranaenses.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Agradeço o aparte do Deputado Furiatti e concordo com essa forma, como ele coloca uma questão de uma análise ampla, e gostaria de lembrar ao nobre Deputado que os juros da agricultura são de 16 a 42%.

Então, financiar a agricultura deste País, ainda dá lucro para os bancos.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Mas o Paraná acabou de eleger um banqueiro, quem sabe nós estejamos com o nosso discurso errado, nobre Deputado.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - É, mas a questão é muito mais ampla e nós queremos corrigir que os discursos proferidos pelo Ministro da Agricultura promentendo à Nação 700 milhões, que na verdade só para o Estado do Paraná nós precisávamos de 100 milhões, dos quais apenas no máximo 20 milhões apareceram neste Estado.

Isso demonstra o total desprezo para com este Estado por parte do Governo Federal.

Eu acredito que estão querendo acabar com este Estado. Querem matar o Paraná de uma vez por todas.

É preciso nós nos juntarmos aos outros Estados e que discutam, que lutem por seus interesses efetivamente e façam, como falou o Deputado, uma crítica do Governo para com esses Estados e o Paraná, que é um Estado dependente dos recursos para a agricultura, é o que mais produz, é o mais afetado.

Dessa forma, nós cremos que o Paraná não pode ser atingido por esse desgoverno. É hora de nós, independente de partido, independente de época, de situação eleitoral, nós queremos que essa crítica se eleve e chegue até os ouvidos desse Presidente que sem dúvida nenhuma, não fará política eleitoral em cima dessa reivindicação tão necessária à agricultura e à pecuária desse Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consulta-se à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PL.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PDC.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PDS.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PFL.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PTB.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PRN.

(Declina).

Consulta-se à Liderança do PDT.

Está com a palavra o Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê): "Não, eles não são covardes!

Não, eles não se omitem da tarefa de transformação do nosso País.

Emprestam-se até a última gota de suor, lágrima e sangue para reconduzir este País a um plano, cujo horizonte seja de mais justiça, liberdade e igualdade.

E se propõem a fazer isto justamente pelo campo mais difícil: o da consciência de cada brasileiro, transformar a consciência de um povo que enjeitou o ideal pelo pão; que preteriu a fé a um Deus de barro, madeira e conveniência.

Emprestam-se ao árduo ofício da educação, o ofício que não se resume da mesmice beletrista ou algarismamente desumana.

Emprestam-se ao árduo ofício de fazer a educação acontecer no seu mais amplo aspecto: a preparação para a vida plena e no seu mais amplo e importante palco: a sociedade.

São os professores.

Já se disse, de forma muito acertada, que ser professor, não é profissão, é missão.

E deve ser mesmo. Aliás, educar é um sacerdócio. Principalmente nestes tempos duros, de salários baixos, pequenos incentivos e seguidas humilhações. Nestes tempos de aulas aos sábados e férias guilhotinadas, porque um dia, os mestres atreveram-se a parar para reivindicar.

É o paradoxo.

É necessário que se ensine às crianças a prática de reivindicar seus direitos, através da organização. Contudo não lhes é permitido fazê-lo.

Assim, têm que ganhar os baixos salários, sofrer humilhações e, de forma resignada, calar-se diante os cavalariços de

Palácio, que marcham com cassetetes e bombas contra os educadores.

Hoje é dia do Professor. Há o que comemorar?

O Governo de Fernando Collor de Mello chegou a Brasília em verdadeira apoteose.

As propostas maravilhosas se transformaram em belas mentiras. Pouco tem sido feito na prática no campo social e, principalmente, na educação.

Um verdadeiro presente que se poderia dar a todos os professores e a toda a educação, neste dia, seria um orçamento que honrasse a Constituição, privilegiando as escolas com verbas necessárias à sua manutenção.

Venho pelo PDT.

Orgulho-me de ser Deputado pelo partido que tem o melhor programa de educação no Brasil. É a recondução de Leonel Brizola ao Governo do Rio de Janeiro, por vitória esmagadora, prova que quem investe em educação confia no futuro.

Neste Dia do Professor, da realidade paranaense cansada e desmotivada, devemos poupar as lamentações e os lamúrios. Principalmente para esta classe, que vive e não apenas agüenta.

O retrato pintado pelo atual Governo, na educação paranaense é triste: mestres sem condições dignas de trabalho, crianças pouco aprendendo, escolas acabadas, sem material e abandonadas - a obra, assinada pela Professora Gilda Poli e seus periféricos, é uma ferida na história educacional paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os mais antigos costumam dizer: não há bem que sempre dure e nem mal que nunca acabe.

O mal não sendo eterno, há a esperança, mesmo que tênue, de que um dia as coisas melhorem e retomem o seu lugar.

A aproximação do fim do Governo de Álvaro Dias parece ser este sinal de que o mal vai se acabando. Já se colocam menos placas de concreto nas estradas velhas.

No próximo ano, um novo Governo. Que realmente seja novo, de engrenagem e de idéias, que não sejam as idéias velhas e burras em engrenagem nova. Que não sejam idéias rancorosas e rançosas, em olhos novos e cabeça com mais cabelos. Que o dia seja de reflexão.

Neste Dia do Professor, lembremos quantas matérias votamos e aprovamos nesta Casa e quem após atravessar a Praça Nossa Senhora de Salette, onde os Professores foram espancados, foram rejeitadas pelo arbítrio do Governador.

Não houve diálogo entre esta Casa e aquele Governante.

Muitas vezes, a maioria falou e o Governante não ouviu. E nestas muitas vezes, os professores eram o motivo do diálogo

que não houve.

Assim foram as greves, por longos períodos. Dias e dias sem aulas.

Dias e dias sem diálogo.

Dias e dias sem aumentos.

Dias e dias sem dignidade.

Dias e dias sem respeito às crianças e aos professores.

Dias e dias perdidos para alguns, mas de vitória para estes sacerdotes, missionários da educação.

O velho Governo já vai se acabando e há o anúncio de outros tempos. São estas eleições, que sempre nos devolvem a esperança.

Que venham novos dias e os velhos sejam esquecidos, nesta página sombria da nossa história, quando um dia, sob o olhar compadecido de Nossa Senhora, embaixo da Bandeira do Brasil e em frente à sede dos Três Poderes, surraram estes missionários valentes, batendo para valer, em quem dia após dia, empresta-se para educar os filhos e os filhos dos filhos dos paranaenses.

O triste dia em que mandaram bater nos professores. O triste dia que mandaram bater nos alunos. Que estes tristes dias não voltem e não precisemos lembrá-los num dia como o de hoje." (Termina de ler).

É esta mensagem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Bancada do PDT faz hoje aos professores, lembrando esta data importante para nossos filhos e para todos nós que ocupamos uma cadeira neste Plenário.

Venho também à tribuna, Senhor Presidente, para requerer uma moção de apoio à Resolução n° 11684/90, baixada pelo Tribunal de Contas do Paraná contra a medida que desativou o atendimento médico hospitalar do Instituto de Previdência do Estado do Paraná. A decisão do Tribunal de Contas do Paraná contra essa medida que desativou o atendimento médico hospitalar do Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

O Tribunal de Contas do Paraná distribuiu nota oficial, através da resolução 11.684/90, após análise do relatório da 2ª Inspeção de Controle externo, condenando a forma pela qual os serviços foram suspensos, que só poderia ocorrer através de lei aprovada por esta Assembléia.

Assim, a Assembléia Legislativa, nós destacamos a decisão do Tribunal de Contas do Estado, tendo em vista que a desativação se processou de forma inconstitucional, apenas por mero ato administrativo, considerando que esta medida dependeria de nova legislação, levando-se em conta que o IPE foi criado por lei e só por lei poderia sofrer alterações.

Neste sentido, a Assembléia Legislativa prestigiará inteiramente o Tribunal de

Contas do Estado do Paraná pela adoção da medida, pois a assessoria técnica do Poder Legislativo já havia também chegado à conclusão semelhante, através de relatórios de estudos e dos Pareceres n.ºs 001/90 e 002/90, que também atinam nesta mesma direção.

Por outro lado, esperamos que o Governo do Estado cumpra o acórdão do Tribunal de Contas, uma vez que a Superintendência do Instituto, do IPE, corre o risco de ser responsabilizada pela falta administrativa, devido à suspensão dos serviços de assistência médico-hospitalar, cabendo ainda, à aludida Superintendência, as medidas legais para exigir o crédito da contribuição patronal que lhe é de direito.

Neste sentido, solicito à Mesa que promova a responsabilidade. Tenho certeza que assim também pensa o Deputado Antônio Annibelli, que também se manifestou a este respeito. Pedimos à Mesa que promova a responsabilidade denunciada pelo egrégio Tribunal de Contas, pela medida tomada pelo Governo do Paraná.

Aproveito a oportunidade para dizer que recebemos já uma cópia da mensagem do Sr. Governador que dispõe sobre a criação da carreira especial de advogado do Estado do Paraná. Analisamos a proposta e entendemos que ela é das mais justas, pois vem de encontro ao interesse principalmente, ao direito que têm estes advogados e assistentes desta carreira especial, pelo trabalho já prestado ao Estado do Paraná.

Por esta razão, já assinamos um requerimento à Mesa, cumprimentando aqui a presença dos advogados e assistentes, solicitando que esta Assembléia seja transformada em Comissão Especial para aprovar já amanhã, em primeira discussão, este projeto que - repito mais uma vez, visa corrigir um direito desta categoria.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para que não fique sem resposta o equívoco cometido pelo Deputado que acaba de deixar a tribuna. Já existe um requerimento neste sentido por mim assinado na semana passada.

Já deve estar sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu horário. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados. Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado João Arruda, na qualidade

de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Permanente de Fiscalização. - À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Permanente de Fiscalização. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, com apoio do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 65/89, de autoria do Deputado PAULINO DE LAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TERRA ROXA, com sede e foro no Município de Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 065/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado João Arruda, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis, esta Comissão Geral chamada a opinar, manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 153/89, de autoria do Deputado NEIVO RERALDIN, que concede uma pensão mensal de

um salário de referência à viúva do ex-delegado de Polícia de Cafelândia, Senhora NELI VIEIRA DA CRUZ GENITORI. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 153/89

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, o presente projeto de lei visa conceder pensão mensal de um (01) salário de referência à viúva do ex-delegado de Polícia de Cafelândia, Senhora Neli Vieira da Cruz Genitori.

Pela Lei Federal n. 7789, de 03.07.89, deixou de existir o salário-mínimo de referência e o piso nacional de salários, vigora apenas o salário-mínimo. A mesma lei, tomando por base o contido no art. 7º inciso IV, da Constituição Federal, proibiu a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim, ressalvados os benefícios de prestação continuada pela Previdência Social.

Para preencher o vazio decorrente da aplicação constitucional, foi editada a Lei Federal n. 7843, de 18.10.89, que estabelece em seu artigo 2º que os valores expressos em quantidades de salário-mínimos de referência SMR, na legislação em vigor, ou a ele vinculados, passam a ser calculados em função do Bônus do Tesouro Nacional - BTN à razão de 40 BTNs para cada SMR.

Por não poder ser o salário-mínimo utilizado de base de cálculo para outros valores e por ser a alteração de cada SMR para 40 BTNs efetuada automaticamente pelo órgão responsável pelo pagamento das pensões mensais concedidas, é o nosso parecer na forma de Emenda Substitutiva Geral que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões do Projeto de Lei n. 153/89. (Aprovado). Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n. 153/89.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 164/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de Itaperuçu, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 164/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar o Município de Itaperuçu, desmembrado do Município de Rio Branco do Sul.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei. É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 207/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito, o Município de VILA BRANCA, com território desmembrado do município de Cerro Azul, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 207/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade criar "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Vila Branca, com território desmembrado do Município de Cerro Azul.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que obste a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente à aprovação da medida ora proposta.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS OSTOMIZADOS - APO, sociedade civil representativa de classe, com sede e foro à Rua Marechal Floriano Peixoto, 250 - 11º andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da

COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 304/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Ostomizados.

Sob o aspecto legal e constituicional, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes deste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto (empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS, situada em São Mateus do Sul). Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 395/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, visa autorizar a participação do Estado no Módulo Industrial do Xisto (empreendimento em fase de conclusão pela PETROBRÁS), situado em São Mateus do Sul. Pelo presente fica o Poder Executivo autorizado a subscrever participação no montante de até Cr\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de cruzeiros).

É de conhecimento que a conclusão das obras do Módulo Industrial do Xisto, na cidade de São Mateus do Sul, é de extrema necessidade para o fortalecimento da política industrial de nosso Estado e consequentemente para o progresso social de sua população. O xisto constitui uma grande fonte de riqueza mineral do Paraná, que até agora não participou diretamente deste empreendimento, e que não pode permanecer indiferente à desativação das obras de construção da etapa da escala industrial da Usina de São Mateus, que constitui uma nova alternativa econômica de suprimento energético no Paraná.

Este nosso projeto de lei tem por fim tornar efetiva a participação paranaense num empreendimento de grande valor para o progresso do nosso Estado e para o bem estar da nossa população. O plano de lei contempla com essa participação será realizada, compensações e direitos decorren-

tes do investimento a ser feito e a fonte de recursos no orçamento deste exercício, além de promover o entrosamento e ação do Poder Público Estadual com os esforços de organismos federais e de empresários empenhados na expansão e na diversificação da base produtiva paranaense.

Assim sendo, pelas razões acima expostas que não impedem legal ou constitucionalmente o presente plano de lei, e por se tratar de matéria meramente autorizatória, é o nosso parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 457/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que inclui no Artigo 23 da Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 457/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva incluir item no artigo 23 da Lei n° 8933 de 26 de janeiro de 1989, na forma que especifica.

Procedida à análise do plano de lei em tela, notamos a intenção de primar por uma melhor seletividade as alíquotas internas do ICMS, em função da essencialidade dos produtos cerâmicos, a fim de enquadrarem-se meritoriamente com alíquota de 12% (doze por cento).

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela aprovação do presente projeto de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 5 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 457/90. - Aprovado.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Peço chamada nominal.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (inicia a chamada

nominal)

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós declinamos do nosso pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi retirado pelo autor.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 462/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública o GRUPO DE ESTUDOS ESPELEOLÓGICOS DO PARANÁ - AÇUNGUI, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 462/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, visa declarar de Utilidade Pública o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná- Açungui, com sede e foro nesta Capital.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela Aprovação da medida proposta.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 490/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor MARCOS OLSEN. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 490/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, objetiva conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Marcos Olsen.

Ao proceder-se à análise do plano de lei em tela notamos a sua conformidade com os preceitos legais e constitucionais normatizadores para a concessão do referido título.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer Favorável, opinando pela sua aprovação, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

503/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que doa à Prefeitura de Guaratuba o imóvel pertencente à COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 503/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Luciano Pizzatto, visa doar à Prefeitura de Guaratuba o imóvel, pertencente à COPASA, localizado no Distrito de Cubatão, Município de Guaratuba.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se favoravelmente pela aprovação da medida proposta.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 11.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ALGACI TÚLIO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco (5) sessões. - Retirado pelo autor.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 56/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que ratifica o Convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SEAB e o Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/89, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que isenta do ICMS as prestações de serviços de transporte de passageiros realizado por veículos de aluguel (táxi). EM REGIME DE URGÊNCIA. (Anexo Projeto de Lei n° 416/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, no mesmo sentido. (Publ. no D.A. n° 102, de 20.11.89).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei n° 325/89.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 365/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n.º 77, de 26.06.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 5 (cinco) sessões. Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia, por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei n.º 365/89.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 417/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria "ad-referendum" do resultado do plebiscito o Município de BORDA DO CAMPO, com território desmembrado do Município de São José do Pinhais. Aprovado. (Public. no DA. n.º 90 de 13.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 447/90, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que proíbe a utilização de símbolos e outros que ostentem a Cruz Suástica ou Gamada e quaisquer objetos ou emblemas que induzam a preconceito de raça, cor, credo, sexo, e dá outras providências. Aprovado. (Public. no DA n.º 95 de 21.08.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 480/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que altera a Lei n.º 9.302, de 19 de junho de 1990 que criou o município de Guaraituba. (Public. no DA. 106 de 10.09.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n.º 480/90. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n.º 480/90.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 499/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 168/90), que institui a FUNDAÇÃO ESTADUAL DO VALE DO IGUAÇU - UNIVALE, com sede e foro provisórios na cidade de Palmas, Estado do Paraná. (Em anexo Projeto de Lei n.º 184/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, no mesmo sentido). (Public. no DA. n.º 118 de 10.10.90).

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - (Pela Ordem)

Lendo aqui a súmula da mensagem, e em anexo um projeto de lei de sua autoria, eu gostaria de ter acesso ao seu projeto, uma vez que não está anexo aqui na Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto voltará amanhã na sessão, para publicação do projeto de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sobre a mesa, requerimento de n.º 2280, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2276, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2286, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2260, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2281, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Designo como Relator da matéria, o Deputado Erondy Silvério.

Requerimento de n.º 2283, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de ns. 2270 e 2271, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2272, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2282, 2284, 2285, 2287 e 2268, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2277 e 2294, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2279 e 2293, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2276, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Aprovado.

Informo que sobre o Projeto n.º 510/90, a matéria já foi aprovada e sobre o Código de Vencimentos dos Secretários de Estado, a matéria também já foi aprovada. E o de n.º 512, também já foi aprovado.

Em votação o requerimento do Deputado

Caíto Quintana, excluindo os de n. 511 e 512/90, que já foram aprovados. Aprovado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

A Mesa solicita às pessoas estranhas ao Plenário que, por obséquio, aguardem nas galerias. E aos Senhores Deputados, que tomem assento em seus lugares.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se. Sendo impossível a contagem vou determinar a votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas estamos votando um requerimento. A Mesa posteriormente colocará na Ordem do Dia, quando discutido este impasse através do Parecer da Comissão Geral, Vossa Excelência colocará na Ordem do Dia quando julgar oportuno, só estamos votando o requerimento. Peço vênica a Vossa Excelência, houve manifestação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Peço aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares; vou submeter a matéria novamente à votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, muito embora sendo Deputados de Oposição, nós estamos votando favorável a este requerimento porque entende-

mos que é de sumo interesse para várias situações, no Estado do Paraná.

Agora, o que nós queremos, na verdade, é que o Senhor Governador, e o líder do Governo, o Deputado Caíto Quintana leve daqui o pedido, pelo menos deste Deputado de Oposição, não sei de outros, não sei se posso falar por eles que esta verba seja usada em benefício do Paraná e não em benefício de uma campanha política. É essa a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vinte e seis Senhores Deputados aprovam o requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana e a Mesa vai examinar com muito cuidado as Mensagens e oportunamente designará o Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEN DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 65/89, 164/89, 207, 304, 395, 462, 490 e 503/90;

e do Projeto de Resolução n. 56/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 417, 447 e 499/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 326 e 339/89, 16, 439, 510, 511, 512 e 514/90;

e do Projeto de Resolução n. 66/90.

Levanta-se a sessão.